

PRESENCIAL

EDITAL – SOLICITAÇÃO N.º 383/2020

PREGÃO N.º 75/2020 - PROCESSO N.º 2636/2020

1. DO PREÂMBULO

1.1. O Serviço Municipal de Água e Esgoto - SEMAE, com sede na Rua XV de Novembro, n.º 2.200, na cidade de Piracicaba, estado de São Paulo, através de seu Presidente e do Setor de Suprimentos, torna público que se acha aberta a presente licitação, sob a forma de execução indireta, na modalidade **PREGÃO PRESENCIAL sob n.º 75/2020**, a qual será processada e julgada nos termos da Lei Federal n.º 10.520/02, Lei Federal n.º 8.666/93 e suas alterações, Lei Complementar n.º 123/2006 e suas alterações, Instrução Normativa n.º 04/2011 e demais normas regulamentares aplicáveis à espécie.

1.2. A presente licitação destina-se à participação exclusiva de pessoas jurídicas enquadradas como microempresa - ME ou empresa de pequeno porte - EPP. Entretanto, não havendo, no mínimo, 03 (três) fornecedores competitivos enquadrados como ME ou EPP, a licitação será fracassada e reaberta, em ato contínuo, para ampla participação, nos termos e condições dispostos no presente edital.

1.3. Considerando que a licitação poderá ser reaberta, em ato contínuo, para ampla participação, as pessoas jurídicas não enquadradas como ME ou EPP poderão apresentar documentos e propostas, de acordo com as condições previstas no presente edital.

1.4. A Pregoeira Maria Alice Silva Santos, nomeado pelo Ato n.º 1.073, de 19 de dezembro de 2019, processará e julgará a presente licitação, devidamente auxiliado pela Equipe de Apoio, nos termos do artigo 3.º da mesma norma.

1.5. A sessão pública do **PREGÃO PRESENCIAL** terá início no dia **30/07/2020 às 13h30min, na Sala de Licitações, situada no endereço mencionado acima.**

1.6. Os envelopes deverão ser entregues ao Pregoeiro quando da abertura da sessão pública.

1.7. Iniciada a abertura do envelope "Proposta", não serão aceitos novos proponentes.

1.8. As empresas que não se fizerem representar no momento da sessão pública poderão enviar seus envelopes da melhor maneira que lhes couber, observadas todas as condições dispostas neste edital.

2. DO OBJETO DA LICITAÇÃO

2.1. A presente licitação tem por objeto a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE IMPRESSORA TIPO PLOTER DE 36 POLEGADAS**, conforme disposto neste Edital e em seus Anexos, que fazem parte integrante deste instrumento.

2.2. Compõem o presente edital:

2.2.1. Anexo 1 - Termo de Referência e Modelo de Proposta;

2.2.2. Anexo 2 - Minuta da Autorização de Fornecimento;

2.2.3. Anexo 3 - Protocolo de retirada do edital.

2.3. Os documentos estão agrupados em anexos separados, porém, todos eles se completam.

2.4. A proponente deve, ao valer-se do edital, inteirar-se de sua composição, tomando conhecimento assim, das condições administrativas e técnicas que nortearão o desenvolvimento do Pregão e a formalização contratual, de sorte que todos os aspectos mencionados em cada documento deverão ser observados, ainda que não repetidos em outros.

3. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

3.1. Poderão participar da presente licitação os interessados previamente cadastrados neste órgão ou não, desde que atendam todas as condições habilitatórias exigidas neste Instrumento.

3.2. Caso a licitação seja reaberta para ampla participação, as microempresas e empresas de pequeno porte poderão se beneficiar do tratamento diferenciado e favorecido em licitações previsto na Lei Complementar n.º 123/2006 e suas alterações, desde que, não se enquadrem em qualquer das exclusões relacionadas no parágrafo 4º do seu artigo 3º.

3.3. Além das vedações estabelecidas pelo artigo 9º da Lei Federal n.º 8.666/93, não será permitida a participação de:

3.3.1. Pessoas físicas ou jurídicas declaradas inidôneas nos termos do inc. IV, art. 87, da Lei 8.666/93 e que não tenham restabelecida sua idoneidade;



PRESENCIAL

EDITAL – SOLICITAÇÃO N.º 383/2020

PREGÃO N.º 75/2020 - PROCESSO N.º 2636/2020

3.3.2. Pessoas físicas ou jurídicas que estejam cumprindo a sanção de suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com o SEMAE, conforme inc. III, do art. 87, da Lei 8.666/93;

3.3.3. Pessoas físicas ou jurídicas que tenham sido penalizadas, pelo SEMAE, por prática de qualquer dos atos previstos no art. 7º, da Lei Federal n.º 10.520/02, cuja penalidade esteja em vigência na data de abertura da licitação;

3.3.4. Empresas que sejam constituídas sob forma de consórcio.

3.4. A participação na presente licitação implica, tacitamente, para a licitante:

3.4.1. A aceitação plena e irrevogável de todos os termos, cláusulas e condições constantes neste edital e em seus anexos;

3.4.2. A observância dos preceitos legais e regulamentares em vigor;

3.4.3. A responsabilidade pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase do processo.

4. DO CREDENCIAMENTO E DAS DECLARAÇÕES

4.1. Todos os documentos mencionados neste item deverão ser entregues ao Pregoeiro, pelo portador, antes do início dos trabalhos de abertura dos envelopes.

4.2. Em sendo a licitação exclusiva para ME e EPP, o credenciamento dos licitantes somente ocorrerá caso existam, no mínimo, 03 (três) fornecedores competitivos enquadrados como ME ou EPP.

4.3. O credenciamento dos licitantes não enquadrados como ME ou EPP somente será feito caso a licitação seja reaberta para ampla participação.

4.4. O representante da licitante deverá identificar-se exibindo documento oficial que contenha foto.

4.5. Será admitido apenas 01 (um) representante para cada licitante credenciada, sendo que cada um deles poderá representar apenas uma credenciada.

4.6. Para o credenciamento deverão ser apresentadas cópias autenticadas em cartório dos documentos abaixo relacionados:

4.6.1. Tratando-se de representante legal com poderes para exercer direitos e assumir obrigações:

4.6.1.1. Registro Comercial, no caso de empresa individual.

4.6.1.2. Sociedade Comercial: Contrato Constitutivo e as alterações referentes ao capital social, endereço ou razão social ou somente a última alteração, se estiver consolidada. Todos esses documentos devem estar registrados na Junta Comercial ou no Cartório de Pessoas Jurídicas.

4.6.1.3. Sociedade por Ações: Estatuto Constitutivo acompanhado das Atas das Assembleias, devidamente arquivadas no registro competente e publicadas no Diário Oficial.

4.6.1.4. Sociedade Civil: Inscrição do Ato Constitutivo acompanhada de prova da diretoria em exercício.

4.6.1.5. Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento, expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

4.6.2. Tratando-se de procurador, além dos documentos constantes no subitem 4.6.1, deverá ser apresentada:

4.6.2.1. Procuração por instrumento público ou procuração por instrumento particular com a **firma do representante legal reconhecida em cartório**, no qual constem poderes específicos, conforme dizeres abaixo:

Eu, (nome completo), inscrito no CPF sob n.º, representante legal da empresa (razão social), localizada na (endereço completo), inscrita no CNPJ/MF sob n.º, CREDENCIO o Sr. (nome completo), portador da cédula de identidade sob R.G. n.º e inscrito no CPF sob n.º, para representá-la perante o SERVIÇO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE PIRACICABA em licitações na modalidade Pregão, podendo formular lances verbais, negociar preços, interpor recursos e desistir de sua interposição, bem como praticar todos os atos inerentes ao certame, em todas as fases, inclusive OUTORGO poderes para assinatura de contrato.

Local, data, assinatura e identificação do representante legal da empresa.

PRESENCIAL

EDITAL – SOLICITAÇÃO N.º 383/2020

PREGÃO N.º 75/2020 - PROCESSO N.º 2636/2020

4.7. Os documentos indicados no subitem 4.6 poderão ser substituídos pelo Certificado de Registro Cadastral Completo, emitido pelo SEMAE, exceto o constante no subitem 4.6.2.1 que somente poderá ser substituído pelo CRC se nesse constar o nome da pessoa que representará a empresa.

4.8. A ausência da apresentação ou incorreção dos documentos acima acarretará o não credenciamento do representante da licitante, impedindo-o de se manifestar durante as sessões, ofertar lances verbais e manifestar o direito de interpor recurso administrativo, cabendo tão somente o acompanhamento dos trabalhos, com exceção da declaração de atendimento aos requisitos de habilitação, cuja ausência acarretará a exclusão da licitante do certame.

4.9. Das Declarações

4.9.1. Declaração de atendimento aos requisitos de habilitação, nos seguintes termos:

Eu, (nome completo), inscrito no CPF sob n.º, representante legal da empresa (razão social), localizada na (endereço completo), inscrita no CNPJ/MF sob n.º, interessada em participar do Pregão que visa a aquisição de, **DECLARO, sob as penas da lei, o pleno cumprimento aos requisitos de habilitação.**

Por ser a expressão da verdade, assino a presente.

Local, data, assinatura e identificação do representante legal da empresa.

4.9.2. Declaração de que a licitante é Microempresa (ME) ou Empresa de Pequeno Porte (EPP), conforme modelo abaixo:

Eu, (nome completo), inscrito no CPF sob n.º, representante legal da empresa (razão social), com sede na (endereço completo), inscrita no CNPJ/MF sob n.º, **DECLARO** sob as penas da Lei, que a mesma é considerada (microempresa ou empresa de pequeno porte), nos termos da Lei Complementar n.º 123/2006 e suas alterações, cujos termos conheço na íntegra, estando apta, portanto, a exercer os direitos previstos na referida Lei; e também que no exercício anterior ao da presente licitação, a empresa não obteve faturamento bruto superior aos limites previstos no art. 3º, da Lei Complementar n.º 123/2006.

Declaro, ainda, estar ciente de que, não apresentando a documentação para comprovação da regularidade fiscal, conforme determina a referida legislação, poderei sofrer as sanções previstas em lei e neste edital.

Por ser a expressão da verdade, assino a presente.

Local, data, assinatura e identificação do representante legal da empresa.

4.9.2.1. Comprovação da condição de Microempresa (ME) ou Empresa de Pequeno Porte (EPP), através de documento expedido por órgão de registro competente (Junta Comercial ou Cartório de Pessoas Jurídicas) que conste de forma objetiva o devido enquadramento e tenha sido emitido em até 90 (noventa) dias anteriores à data da licitação.

4.9.3. Caso a licitação tenha sido reaberta para ampla participação, a ausência da declaração e respectiva comprovação constantes no subitem anterior não impedirá o credenciamento da licitante e apenas indicará que a mesma optou por não se valer dos benefícios previstos na LC n.º 123/2006.

5. DA APRESENTAÇÃO DOS ENVELOPES

5.1. Os envelopes, de papel opaco, deverão ser entregues fechados e indevassáveis, cujas bordas de fechamento deverão constar rubrica do representante da licitante, para convalidar a não violação de sua abertura oficial.

5.2. Na parte externa dos envelopes deverá conter:

5.2.1. Identificação do órgão: Serviço Municipal de Água e Esgoto de Piracicaba.

5.2.2. Identificação dos envelopes: Proposta Comercial e Documentos.

5.2.3. Número da licitação.

5.2.4. Data e hora limite para entrega dos envelopes.

5.2.5. Razão social, endereço completo e CNPJ/MF do licitante.

6. DO ENVELOPE N.º 01 – PROPOSTA COMERCIAL

6.1. O envelope deverá conter a **Proposta Comercial** propriamente dita, única, em português, sem rasuras, emendas ou ressalvas em seus itens essenciais, digitada em papel timbrado da empresa, observado o disposto no Anexo 1, com os seguintes dados:



PRESENCIAL

EDITAL – SOLICITAÇÃO N.º 383/2020

PREGÃO N.º 75/2020 - PROCESSO N.º 2636/2020

6.1.1. Razão social, endereço, e-mail, número do CNPJ/MF e do telefone.

6.1.2. Número do Pregão e do Processo.

6.1.3. Descrição completa do equipamento ofertado, inclusive marca, contendo todas as suas características técnicas compatíveis com as mínimas exigidas no edital.

6.1.4. Preço unitário e total geral da proposta, fixo e irreajustável, expressos em moeda corrente do país, com duas casas decimais, devendo estar inclusos todos os tributos e demais despesas diretas e indiretas relacionadas com a execução do contrato.

6.1.5. Prazo de garantia que deverá ser de, no mínimo, 12 (doze) meses, com assistência técnica prestada no SEMAE (Rua XV de Novembro, nº 2.200, Bairro Alto, Piracicaba, SP, andar Térreo, na Divisão de Cadastro Técnico) a contar do recebimento definitivo do objeto.

6.1.6. Data, identificação e assinatura do representante legal da empresa ao final da proposta.

6.1.6.1. Quando não houver menção expressa, será considerada como data da proposta a data limite para sua apresentação na licitação.

6.2. Além das disposições expressas neste edital, as propostas sujeitam-se à legislação vigente.

7. DO ENVELOPE N.º 02 – DOCUMENTOS

7.1. A **Habilitação** do licitante consiste na comprovação de sua qualificação de acordo com o Certificado de Registro Cadastral Completo - CRC emitido pelo SEMAE ou com os documentos abaixo.

7.2. HABILITAÇÃO JURÍDICA - Se os documentos constantes para habilitação jurídica já tiverem sido apresentados no momento do credenciamento, não há necessidade de sua reapresentação neste envelope.

7.2.1. Registro Comercial, no caso de empresa individual.

7.2.2. Sociedade Comercial: Contrato Constitutivo e as alterações referentes ao capital social, endereço ou razão social ou somente a última alteração, se estiver consolidada. Todos esses documentos devem estar registrados na Junta Comercial ou no Cartório de Pessoas Jurídicas.

7.2.3. Sociedade por Ações: Estatuto Constitutivo acompanhado das Atas das Assembléias, devidamente arquivadas no registro competente e publicadas no Diário Oficial.

7.2.4. Sociedade Civil: Inscrição do Ato Constitutivo acompanhada de prova da diretoria em exercício.

7.2.5. Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento, expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

7.3. REGULARIDADE FISCAL

7.3.1. Prova de inscrição regular no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda – CNPJ/MF;

7.3.2. Prova de regularidade na Fazenda Estadual referente ao ICMS;

7.3.3. Prova de regularidade no Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS;

7.3.4. Prova de regularidade no Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS.

7.4. DECLARAÇÃO

7.4.1. Declaração de regularidade no Ministério do Trabalho, em cumprimento ao disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal, conforme abaixo:

Eu, (nome completo), inscrito no CPF sob n.º, representante legal da empresa (razão social), localizada na (endereço completo), inscrita no CNPJ/MF sob n.º, DECLARO, sob as penas da Lei, que a referida empresa encontra-se em situação regular no Ministério do Trabalho no que se refere à observância do disposto no inc. XXXIII, do art. 7º, da Constituição da República Federativa do Brasil.

Portanto, não concede trabalho noturno, perigoso ou insalubre aos menores de dezoito e qualquer trabalho aos menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos.

Por ser a expressão da verdade, assino a presente.

Local, data, assinatura e identificação do representante legal da empresa.

PRESENCIAL

EDITAL – SOLICITAÇÃO N.º 383/2020

PREGÃO N.º 75/2020 - PROCESSO N.º 2636/2020

7.5. DOCUMENTAÇÃO PARA FORNECEDORES CADASTRADOS

7.5.1. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos pelo Certificado de Registro Cadastral Completo - CRC, emitido pelo SEMAE com validade na data limite de apresentação dos envelopes.

7.5.2. A licitante deve apresentar ainda declaração de que após a emissão do CRC não ocorreu fato superveniente impeditivo contra sua habilitação, conforme abaixo:

Eu, (nome completo), inscrito no CPF sob n.º, representante legal da empresa (razão social), localizada na (endereço completo), inscrita no CNPJ/MF sob n.º, DECLARO, sob as penas da Lei, que até a presente data inexistem fatos impeditivos para habilitação desta empresa no presente processo licitatório, estando ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

Por ser a expressão da verdade, assino a presente.

Local, data, assinatura e identificação do representante legal da empresa.

7.5.3. No CRC serão analisados somente os documentos exigidos para este certame, sendo desconsiderados todos os outros documentos do referido certificado, mesmo que estejam com a validade expirada.

7.5.4. Se os documentos exigidos para fins de habilitação estiverem com o prazo de validade vencido, ou não constarem no CRC, a licitante deverá inseri-los no envelope "Documentos".

7.6. OBSERVAÇÕES

7.6.1. Documentos de habilitação jurídica emitidos em outros países devem ser autenticados pelo respectivo consulado e traduzidos para o Português por tradutor juramentado.

7.6.2. Todos os documentos apresentados deverão ser originais, cópia autenticada em cartório, publicação no órgão oficial ou extraídos via Internet e estar em validade na data limite de apresentação dos envelopes, exceto o CRC do SEMAE que poderá ser cópia simples.

7.6.3. Todas as declarações apresentadas nesta licitação deverão ser formuladas, de preferência, em papel timbrado da empresa e conter, data, assinatura e identificação do representante legal da licitante ou do procurador devidamente constituído.

7.6.4. A licitante que pretende dar execução ao contrato por filial deverá apresentar os documentos habilitatórios referentes à situação desta, mais aqueles documentos que somente são emitidos em nome da matriz.

7.6.5. Para efeito da validade das certidões exigidas para habilitação, se outro prazo não constar em lei ou no próprio documento, o prazo de validade será considerado 90 (noventa) dias a partir da data de sua emissão.

7.6.6. Se houver impossibilidade de apresentar qualquer documento por motivo de greve do órgão emissor, apresentar declaração em papel timbrado da empresa, assinado por seu representante legal, de que não está em débito com o referido órgão e que, finda a greve, se compromete a apresentar o documento atualizado, para fins de direito, independentemente da fase em que se encontrar o processo licitatório, sujeitando-se, no caso de não apresentação, às penalidades legais.

7.6.7. As Microempresas (ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP), por ocasião da participação deste certame, deverão apresentar toda a documentação exigida para fins de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição.

8. DO PROCESSAMENTO DA LICITAÇÃO

8.1. Os esclarecimentos, quando necessários e desde que solicitados pelo Pregoeiro constarão da respectiva ata.

8.2. De todas as reuniões públicas o Pregoeiro lavrará ata circunstanciada a ser assinada pelos representantes dos licitantes presentes que assim o desejarem.

8.3. É facultado ao Pregoeiro ou autoridade superior, em qualquer fase da licitação, promover diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, vedada a inclusão de documentos ou informações que deveriam constar originalmente da proposta, conforme art. 43, § 3º da Lei Federal n.º 8.666/93.

8.3.1. Caberá ao Pregoeiro, atendendo ao princípio de seleção da proposta mais vantajosa para a administração, decidir sobre a possibilidade de retificação ou complementação de informações.

PRESENCIAL

EDITAL – SOLICITAÇÃO N.º 383/2020

PREGÃO N.º 75/2020 - PROCESSO N.º 2636/2020

- 8.4.** No horário e local indicados no preâmbulo, será aberta a sessão pública de processamento do Pregão, iniciando-se com o recebimento e verificação do credenciamento.
- 8.5.** Não havendo, no mínimo, 03 (três) fornecedores competitivos enquadrados como ME ou EPP, a licitação será fracassada e reaberta, em ato contínuo, para ampla participação, nos termos e condições dispostos no presente edital.
- 8.6.** Em sendo a licitação exclusiva para ME e EPP, o credenciamento dos licitantes somente ocorrerá caso existam, no mínimo, 03 (três) fornecedores competitivos enquadrados como ME ou EPP.
- 8.7.** O credenciamento dos demais licitantes somente será feito caso a licitação seja reaberta para ampla participação.
- 8.8.** Após os respectivos credenciamentos e verificação da Declaração de pleno atendimento aos requisitos de habilitação, as licitantes entregarão ao Pregoeiro os envelopes “Proposta” e “Documentos”.
- 8.9.** Após a finalização da fase de credenciamento serão abertos os envelopes propostas.
- 8.10.** Encerrada a etapa de lances, será feita a negociação com o autor da melhor oferta seguida da verificação dos documentos de habilitação.
- 8.11.** Se a oferta não for aceitável ou se a Licitante desatender às exigências para a habilitação, o Pregoeiro examinará a oferta subsequente de menor preço, negociará com o seu autor, decidirá sobre a sua aceitabilidade e, em caso positivo, verificará as condições de habilitação e assim sucessivamente, até a apuração de uma oferta aceitável cujo autor atenda aos requisitos de habilitação, caso em que será declarado vencedor.
- 8.12.** Até a assinatura do contrato, a autoridade poderá desclassificar, em despacho motivado, sem direito a indenização ou ressarcimento, e sem prejuízo de outras sanções, se tiver ciência de fato ou circunstância anterior ou posterior ao julgamento desta licitação, a licitante que revele inidoneidade ou incapacidade jurídica, financeira, técnica ou administrativa.
- 8.13.** A declaração do vencedor acontecerá no momento imediatamente posterior à fase de habilitação, aguardando-se os prazos de regularização fiscal, se necessário, para a abertura da fase recursal.

9. DOS CRITÉRIOS DE JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

- 9.1.** A análise das propostas visará o atendimento das condições estabelecidas neste edital e seus anexos.
- 9.2.** As propostas serão verificadas quanto à exatidão das operações aritméticas que conduziram ao valor total orçado, procedendo-se às correções nos casos de eventuais erros encontrados.
- 9.2.1.** O valor estabelecido na proposta será ajustado de acordo com o valor corrigido pelo Pregoeiro, prevalecendo sempre o menor valor encontrado.
- 9.2.2.** A licitante que não aceitar as correções efetuadas terá sua proposta desclassificada.
- 9.3.** Serão desclassificadas as propostas que:
- 9.3.1.** Não atenderem as exigências legais e as deste edital no todo ou em parte.
- 9.3.2.** Apresentarem proposta alternativa.
- 9.3.3.** Ofertarem equipamento cuja especificação técnica não atenda às exigidas no edital
- 9.3.4.** Consignarem prazo de validade da proposta inferior a 60 (sessenta) dias.
- 9.3.4.1.** A contagem do prazo constante no subitem anterior será suspensa quando da interposição de recurso administrativo, nos termos do § 2º, do art. 109, da Lei n.º 8.666/93.
- 9.4.** As propostas classificadas serão selecionadas para a etapa de lances, com observância dos seguintes critérios:
- 9.4.1.** MENOR PREÇO TOTAL,
- 9.4.2.** Proposta de menor preço e demais com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela;
- 9.4.3.** Não havendo pelo menos 3 (três) preços na condição definida no subitem anterior, serão selecionadas as propostas que apresentarem os menores preços, até o máximo de 03 (três).
- 9.5.** Se ocorrer empate entre as propostas escritas e incluídas na seleção prevista neste edital, serão todas selecionadas para a etapa de lances verbais.
- 9.6.** A fim de evitar a redução indiscriminada nos lances ofertados, é prudente que o ofertante tenha em mente, todos os custos e lucro que possam constituir o lance mínimo real a que se



PRESENCIAL

EDITAL – SOLICITAÇÃO N.º 383/2020

PREGÃO N.º 75/2020 - PROCESSO N.º 2636/2020

poderá alcançar, pois não serão aceitas desistências posteriores devido à imprudência, ficando a licitante, nestas condições, sujeita às penas legais e editalícias.

9.7. O Pregoeiro convidará individualmente os autores das propostas selecionadas a formular lances de forma sequencial, a partir do autor da proposta de maior preço e os demais em ordem decrescente de valor, decidindo-se por meio de sorteio no caso de empate de preços.

9.8. A licitante sorteada com o maior número poderá escolher a posição na ordenação de lances em relação aos demais empatados e assim sucessivamente até a definição completa da ordem de lances.

9.9. Os lances deverão ser formulados em valores distintos e decrescentes, inferiores à proposta de menor preço.

9.10. A recusa em ofertar lances verbais importará tão somente na ordem de classificação da proposta escrita.

9.11. O procedimento constante no item 9.12, será aplicado somente se a licitação for reaberta para ampla participação.

9.12. Encerrada a etapa de lances, em não sendo a proposta apresentada pelas microempresas e empresas de pequeno porte a mais bem classificada, será assegurado o exercício do direito de preferência nos seguintes termos:

9.12.1. Quando houver empate, entendido como aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam iguais ou até 5% (cinco por cento) superiores à proposta mais bem classificada.

9.12.2. Nesse caso, a beneficiária poderá apresentar proposta de preço inferior àquela considerada como melhor oferta na fase de lances, situação em que sua proposta será declarada a vencedora do certame.

9.12.3. A apresentação da proposta deverá ocorrer no prazo máximo de 05 (cinco) minutos após o encerramento dos lances, a contar da convocação do Pregoeiro, sob pena de preclusão.

9.12.4. Se houver equivalência dos valores das propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte, será realizado sorteio entre elas para que se identifique àquela que primeiro poderá exercer preferência e apresentar nova proposta.

9.12.5. O exercício do direito de preferência somente será aplicado quando a melhor oferta na fase de lances não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte.

9.12.6. Na hipótese da desistência ao exercício do direito de preferência, da inabilitação ou da não contratação de microempresa e empresa de pequeno porte, será realizada negociação com a melhor proposta originalmente vencedora da fase de lances.

9.13. A etapa de lances será considerada encerrada quando cumpridos os requisitos da LC n.º 123/2006 ou todos os participantes dessa etapa declinarem da formulação de lances.

9.14. A diferença percentual entre o valor inicial da proposta vencedora e o valor final negociado será aplicada em cada item.

9.15. O critério de aceitabilidade dos preços ofertados será o de compatibilidade com os preços dos insumos praticados no mercado, coerentes com a execução do objeto ora licitado.

9.15.1. Antes de desclassificar qualquer proposta em razão dos preços estarem excessivamente superiores ao estimado pelo SEMAE, poderão ser estabelecidas por meio de acordo com a licitante ofertante do menor preço, novas bases condizentes com os preços de mercado.

9.15.2. Antes de desclassificar qualquer proposta por preço manifestamente inexequível, intimará o licitante para que apresente, no prazo de 02 (dois) dias úteis contados da data da intimação, a composição de seus custos para comprovação da exequibilidade do preço proposto.

9.16. Será considerada vencedora a proposta ofertante do **MENOR PREÇO TOTAL**.

9.17. Ao final, serão classificadas todas as propostas sendo que, da segunda colocada em diante a classificação será considerada como provisória em razão da necessidade de análise dos preços propostos e dos documentos de habilitação.

9.18. Caso todas as propostas sejam desclassificadas, o processo será remetido à autoridade superior para deliberação quanto à reabertura do certame ou aplicação da norma contida no § 3º, do art. 48 da Lei n.º 8.666/93.

10. DOS CRITÉRIOS DE JULGAMENTO DOS DOCUMENTOS

PRESENCIAL

EDITAL – SOLICITAÇÃO N.º 383/2020

PREGÃO N.º 75/2020 - PROCESSO N.º 2636/2020

10.1. Após a finalização da fase de classificação será aberto o Envelope n.º 02 – Documentos do autor da oferta de menor preço para conferência e exame da documentação nele contidas.

10.2. Eventuais falhas ou outras irregularidades nos documentos de habilitação poderão ser sanadas na sessão pública de processamento do Pregão, até a decisão sobre a habilitação, inclusive mediante verificação efetuada por meio eletrônico hábil de informações.

10.3. A verificação será certificada e atestada pelo Pregoeiro, salvo impossibilidade devidamente justificada.

10.4. A Administração não se responsabilizará pela eventual indisponibilidade dos meios eletrônicos, no momento da verificação.

10.4.1. Ocorrendo essa indisponibilidade e não sendo apresentados os documentos alcançados pela verificação, a Licitante será inabilitada, com exceção à comprovação de regularidade fiscal, que tem procedimento de saneamento próprio, previsto neste edital.

10.5. No caso dos documentos apresentados por Microempresa (ME) ou Empresa de Pequeno Porte (EPP), havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de cinco (05) dias úteis, a contar do momento posterior à declaração de vencedor da licitação, para que a licitante regularize a documentação.

10.5.1. Referido prazo poderá ser prorrogado, a pedido da licitante e mediante concessão do Pregoeiro, podendo o pedido ser indeferido em razão da urgência da contratação.

10.6. Constatado o atendimento dos requisitos de habilitação previstos neste Edital, a Licitante será habilitada e declarada vencedora do certame.

10.7. Não havendo a apresentação da documentação ou a sua não regularização no prazo previsto no presente edital, a licitante será inabilitada e implicará na decadência do direito à contratação, bem como nas sanções cabíveis.

10.8. Caso todas as empresas sejam inabilitadas, o processo será remetido à autoridade superior para deliberação quanto à reabertura do certame ou aplicação da norma contida no § 3º, do artigo 48 da Lei n.º 8.666/93.

11. DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

11.1. A licitante que quiser recorrer deverá manifestar imediata e motivadamente a sua intenção durante a sessão pública, abrindo-se então o prazo de 03 (três) dias para apresentação de razões, as quais deverão ser enviadas para o endereço eletrônico licitacao@semaepiracicaba.sp.gov.br ou protocolizadas no Setor de Protocolo, na sede da Autarquia, situado na Rua XV de Novembro, n.º 2.200, Bairro Alto, em Piracicaba/SP, de segunda a sexta-feira, exceto feriados, das 10 às 14 horas, ininterruptas, ficando as demais licitantes intimadas para apresentar contrarrazões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente.

11.2. A ausência de manifestação imediata e motivada da Licitante importará na decadência do direito de recurso.

11.3. Interposto o recurso, o Pregoeiro poderá reconsiderar a sua decisão ou encaminhá-lo, devidamente informado, à autoridade competente.

11.4. O Pregoeiro franqueará aos interessados, desde a data do início do prazo para interposição de recursos até o seu término, vista e extração de cópias do processo de licitação, mediante requerimento e recolhimento de emolumentos, junto à Caixa Econômica Federal – CEF, para reembolso dos serviços reprográficos.

11.5. Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos praticados o processo será encaminhado à autoridade superior para homologação do procedimento.

11.6. O recurso terá efeito suspensivo e o seu acolhimento importará a invalidação dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

12. DO RECEBIMENTO DA AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO

12.1. A contratação do objeto da licitação será formalizada, nos termos do disposto no art. 62, da Lei de Licitações, mediante Empenho e Autorização de Fornecimento, na forma da minuta constante no Anexo 2 e demais condições previstas neste edital, o qual será remetido à adjudicatária via correio eletrônico constante no cadastro do SEMAE.

12.1.1. A licitante deverá devolver a Autorização de Fornecimento assinada em até 48 (quarenta e oito) horas, sob pena de não aceitar/celebrar o contrato.

PRESENCIAL

EDITAL – SOLICITAÇÃO N.º 383/2020

PREGÃO N.º 75/2020 - PROCESSO N.º 2636/2020

12.2. Quando a licitante vencedora convocada dentro do prazo de validade da sua proposta não celebrar o contrato, serão convocadas as demais licitantes classificadas, para participar de nova sessão pública do Pregão, nos termos do inc. XXIII, do art. 4º, da Lei n.º 10.520/02, sem prejuízo das penalidades previstas na legislação e neste instrumento.

12.3. A divulgação do aviso ocorrerá por publicação no Diário Oficial do Município de Piracicaba e veiculação na Internet e a nova sessão pública do Pregão se processará de acordo com o disposto neste instrumento.

13. DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO

13.1. A entrega deverá ser efetuada na sua totalidade em até 30 (trinta) dias após o recebimento da Autorização de Fornecimento, conforme item 12 deste instrumento.

13.2. Deverão atender rigorosamente às CONDIÇÕES DESCRITAS NO ANEXO 01 (UM) e ser fornecidos conforme estabelecido neste edital e seus anexos.

14. DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO

14.1. O objeto da licitação deverá ser recebido **provisoriamente em até 15 dias**, mediante assinatura do documento fiscal, para verificação da quantidade do objeto e **definitivamente em até 90 dias**, a contar do fornecimento do mesmo, após as análises técnicas necessárias, verificação da conformidade e características do objeto da licitação com as disposições contratuais.

14.2. O objeto do contrato somente será recebido se estiver perfeitamente de acordo com as condições contratuais e demais documentos que fizerem parte do ajuste.

15. DA VIGÊNCIA DO CONTRATO

15.1. O prazo de vigência do contrato coincide com o de execução total do objeto, acrescido do prazo para recebimento provisório de até 15 dias e de até 90 dias para o definitivo a contar do fornecimento do objeto, ressalvada a garantia, cujas obrigações dela decorrentes deverão ser cumpridas durante o prazo ofertado em proposta.

16. DO FATURAMENTO E DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

16.1. O faturamento deverá ser feito através de **documento fiscal eletrônico** da empresa que participou da licitação, ou seja, deve constar o mesmo CNPJ dos documentos apresentados para habilitação e deverá conter:

16.1.1. A modalidade e o número da licitação;

16.1.2. O número da Autorização de Fornecimento;

16.1.3. O Banco, número da agência e da conta corrente da Contratada.

16.2. O pagamento das notas fiscais, após aceitas pelo preposto do SEMAE, será efetuado na primeira sexta-feira após o 20º (vigésimo) dia da liberação do documento fiscal, por crédito em conta corrente, em nome da CONTRATADA.

16.3. Caso ocorra a necessidade de providências complementares por parte da CONTRATADA, a fluência do prazo de pagamento será interrompida, reiniciando-se a contagem a partir da data em que essas forem cumpridas.

16.4. O respectivo pagamento somente será efetuado após o efetivo cumprimento das obrigações assumidas decorrentes da contratação e após o fiel cumprimento ao artigo 55, inciso XIII da Lei Federal n.º 8.666/93.

16.5. As faturas que apresentarem incorreções serão devolvidas e seu vencimento ocorrerá até 15 (quinze) dias após a data da sua reapresentação.

16.6. Ocorrendo atraso no pagamento, por culpa do SEMAE, o valor devido será atualizado pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC, divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, ou outro que vier a substituí-lo.

16.6.1. Calcular-se-á a atualização “pro rata temporis”, pela variação acumulada do INPC anual dos 12 (doze) meses anteriores à data do vencimento, até a data do respectivo pagamento.

16.7. Poderá o SEMAE sustar o pagamento de qualquer fatura no caso de inadimplemento da CONTRATADA relativamente à execução do contrato, recaindo sobre a mesma às penalidades previstas na Lei Federal n.º 8.666/93 e neste edital.

PRESENCIAL

EDITAL – SOLICITAÇÃO N.º 383/2020

PREGÃO N.º 75/2020 - PROCESSO N.º 2636/2020

16.8. Havendo retenção de pagamento por culpa da CONTRATADA, serão de sua responsabilidade os eventuais ônus dela decorrentes.

16.9. É vedada a emissão de duplicata e a cessão de qualquer crédito decorrente do contrato e de todo e qualquer título de crédito, emitido em razão do mesmo, que contere necessariamente, a cláusula “Não a Ordem”, tirando-lhe o caráter de circulabilidade, eximindo-se o SEMAE, de todo e qualquer pagamento ou obrigação a terceiros, por títulos colocados em cobrança, desconto, caução ou outra modalidade de circulação ou garantia, inclusive quanto aos direitos emergentes do presente contrato e, em hipótese alguma, o SEMAE aceitará tais títulos, os quais serão devolvidos, imediatamente, à pessoa jurídica ou física que os houver apresentado.

16.10. Todos os documentos que por ventura forem exigidos durante a execução do contrato poderão ser apresentados em cópias simples, podendo o SEMAE, a qualquer tempo requerer o original para cotejo, ficando a CONTRATADA sujeita às sanções legais se verificada a ocorrência de fraude ou falsidade nos documentos apresentados.

17.DAS PENALIDADES

17.1. O proponente que convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, deixar de celebrar ou de assinar o contrato, deixar de entregar documentação exigida no edital, apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução do objeto do contrato, não mantiver a proposta, falhar na execução do contrato, fraudar a execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e de contratar com o SEMAE, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas no edital e das demais cominações legais.

17.2. Será aplicada multa de:

17.2.1. 20% (vinte por cento) sobre o valor do ajuste, quando o proponente convocado deixar de assinar/aceitar o contrato;

17.2.2. 1% (um por cento), sobre o valor do ajuste, por dia de atraso injustificado em firmar o contrato, até o limite de 10% (dez por cento);

17.2.3. 20% (vinte por cento), sobre o valor do ajuste, pela inexecução total do contrato;

17.2.4. 10% (dez por cento), sobre a parte não cumprida, pela inexecução parcial do contrato;

17.2.5. 0,66% (zero vírgula sessenta e seis por cento), sobre o valor do ajuste ou da parte não cumprida, por dia de atraso no fornecimento e pelo não atendimento aos chamados no período de garantia, até o limite de 10% (dez por cento);

17.2.5.1. Na hipótese mencionada no subitem anterior, o atraso injustificado por período superior a 30 (trinta) dias caracterizará o descumprimento da obrigação, punível com as sanções previstas para inexecução do contrato.

17.2.6. 1% (um por cento) sobre a fatura, pela não manutenção das condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, conforme dispõe o art. 55, inc. XIII, da Lei Federal n.º 8.666/93 e suspensão do pagamento até a devida regularização;

17.2.6.1. A não regularização no prazo de 90 (noventa) dias a contar da suspensão do pagamento, ensejará a aplicação de multa correspondente a 10% (dez por cento) sobre o valor remanescente do contrato e poderá ensejar a rescisão do contrato;

17.2.7. 1% (um por cento), sobre o valor do ajuste, na ocorrência da primeira rejeição do objeto da licitação, exceto se estiver dentro do prazo de entrega;

17.2.8. 2% (dois por cento), sobre o valor do ajuste, na ocorrência da segunda rejeição do objeto da licitação, exceto se estiver dentro do prazo de entrega;

17.2.9. 10% (dez por cento), sobre o valor do ajuste, na ocorrência da terceira rejeição do objeto da licitação, além das demais penalidades previstas neste instrumento e rescisão contratual.

17.2.10. 10% (dez por cento) sobre o valor do ajuste ou da parte não cumprida, na ocorrência de qualquer tipo de inadimplência não prevista neste item.

17.3. As sanções são independentes, sendo que a aplicação de uma não exclui a das outras.

17.4. O pagamento das multas não exime a Contratada da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha acarretar à Administração, podendo ser aplicadas cumulativamente com as demais sanções previstas neste Instrumento.

PRESENCIAL

EDITAL – SOLICITAÇÃO N.º 383/2020

PREGÃO N.º 75/2020 - PROCESSO N.º 2636/2020

17.5. O valor da multa será descontado dos eventuais créditos devidos pela Administração e na falta destes, cobrado administrativa ou judicialmente.

17.6. O prazo para recolhimento das multas estabelecidas neste item será de até 30 (trinta) dias a contar da data da expiração do prazo de recurso ou o seu indeferimento.

17.7. Serão considerados injustificados os atrasos não comunicados tempestivamente ou indevidamente fundamentados.

17.8. Ocorrendo atraso nos valores devidos pela CONTRATADA será imputada correção monetária de 0,07% (zero vírgula zero sete por cento) ao dia sobre o valor a ser pago e juros de 1% (um por cento) ao mês, *pro rata die*, considerando-se a mora a partir do primeiro dia útil seguinte ao término do prazo estipulado.

17.9. No caso de aplicação das penalidades caberá apresentação de defesa prévia no prazo de cinco (05) dias úteis a contar da intimação do ato, com exceção da penalidade estabelecida no art. 87, inc. IV, da Lei Federal n.º 8.666/93, cujo prazo de defesa será de 10 (dez) dias contados da abertura de vista.

17.10. Aberto o procedimento de penalidade, o contratado será notificado através de via postal, notificação pessoal, e-mail ou mediante publicação no Diário Oficial do Município de Piracicaba para apresentar defesa prévia no prazo legal.

17.11. A apreciação da defesa prévia será efetuada pelo gestor do contrato.

17.12. Da decisão proferida que aplicar penalidade ao contratado caberá recurso a ser interposto no prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar da intimação do ato.

17.13. O recurso será apreciado pelo gestor do contrato, o qual poderá reconsiderar sua decisão ou encaminhá-lo ao Presidente do SEMAE, que proferirá decisão final.

17.14. A decisão final será publicada no Diário Oficial do Município de Piracicaba e registrada no Cadastro de Fornecedores do SEMAE.

18. DA RESCISÃO CONTRATUAL

18.1. A rescisão contratual poderá ser:

18.1.1. Determinada por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos previstos nos incisos I a XII do art. 78 da Lei Federal n.º 8.666/93.

18.1.2. Amigável, por acordo das partes, reduzida a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a Administração.

18.2. A inexecução total ou parcial do contrato poderá ensejar a sua rescisão administrativa, com a culminação das penalidades previstas no presente instrumento e na Lei Federal n.º 10.520/02.

19. DAS DEFINIÇÕES PARA OBTENÇÃO DE ESCLARECIMENTOS

19.1. Até a fase de abertura, os pedidos de informações e esclarecimentos somente serão aceitos **por escrito**, devendo ser encaminhados ao Setor de Suprimentos através do e-mail licitacao@semaepiracicaba.sp.gov.br ou pessoalmente, no prédio Administrativo do SEMAE, de segunda a sexta-feira, exceto feriados, das 08 às 16 horas, ininterruptas.

19.2. As retificações, esclarecimentos ou quaisquer outras informações a respeito da licitação que venham ocorrer antes da abertura do certame, serão disponibilizados na internet, no site oficial do SEMAE www.semaepiracicaba.sp.gov.br e, quando obrigatório, publicados no Diário Oficial do Município de Piracicaba.

19.3. O SEMAE não se responsabiliza pela comunicação dos fatos diretamente aos interessados sob nenhuma outra forma, a não ser aqueles que demonstrarem interesse em participar do certame, enviando o protocolo formal, através do e-mail licitacao@semaepiracicaba.sp.gov.br.

19.4. Após a abertura dos envelopes até o encerramento da licitação, as dúvidas e os casos omissos serão resolvidos pelo Pregoeiro.

20. DAS IMPUGNAÇÕES E RECURSOS

20.1. As impugnações aos termos do presente Edital somente poderão ocorrer em até 02 (dois) dias úteis anteriores à data da abertura das propostas, nos termos da Instrução Normativa n.º 04/2011, mediante petição fundamentada, a ser enviada para o endereço eletrônico licitacao@semaepiracicaba.sp.gov.br ou protocolizadas no Setor de Protocolo, na sede da



PRESENCIAL

EDITAL – SOLICITAÇÃO N.º 383/2020

PREGÃO N.º 75/2020 - PROCESSO N.º 2636/2020

Autarquia, de segunda a sexta-feira, exceto feriados, das 10 às 14 horas, ininterruptas, dirigidos ao Senhor Presidente do SEMAE.

20.2. Os recursos previstos na Lei n.º 8.666/93 deverão ser interpostos mediante petição fundamentada e enviada para o endereço eletrônico licitacao@semaepiracicaba.sp.gov.br ou protocolizadas no Setor de Protocolo, na sede da Autarquia, situado na Rua XV de Novembro, n.º 2.200, Bairro Alto, em Piracicaba/SP, de segunda a sexta-feira, exceto feriados, das 10 às 14 horas, ininterruptas.

21. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

21.1. Os recursos orçamentários relativos às despesas objeto do contrato serão atendidos pela Dotação 18 – Código Orçamentário 44905200 e Programa de Trabalho 323130.1712600042.400 do exercício de 2020.

22. DAS DISPOSIÇÕES ANTICORRUPÇÃO

22.1. A CONTRATADA obriga-se, sob as penas previstas neste instrumento e na legislação aplicável, a observar e cumprir rigorosamente todas as normas cabíveis, incluindo a Lei Brasileira Anticorrupção.

22.2. A CONTRATADA declara e garante que conduz seus negócios de forma a coibir a prática de atos lesivos contra a Administração Pública, nacional ou estrangeira, que atentem contra o patrimônio público nacional ou estrangeiro, contra princípios da Administração Pública, quais sejam:

22.2.1. prometer, oferecer ou dar, direta ou indiretamente, vantagem indevida a agente público, ou a terceira pessoa a ele relacionada;

22.2.2. comprovadamente, financiar, custear, patrocinar ou de qualquer modo subvencionar a prática de atos ilícitos previstos em lei;

22.2.3. comprovadamente, utilizar-se de interposta pessoa física ou jurídica para ocultar ou dissimular seus reais interesses ou a identidade dos beneficiários dos atos praticados;

22.2.4. dificultar atividade de investigação ou fiscalização de órgãos, entidades ou agentes públicos, ou intervir em sua atuação, inclusive no âmbito das agências reguladoras e dos órgãos de fiscalização do sistema financeiro nacional.

22.3. No tocante a licitações e contratos, a CONTRATADA, não irá:

22.3.1. frustrar ou fraudar, mediante ajuste, combinação ou qualquer outro expediente, o caráter competitivo de procedimento licitatório público;

22.3.2. impedir, perturbar ou fraudar a realização de qualquer ato de procedimento licitatório público;

22.3.3. afastar ou procurar afastar licitante, por meio de fraude ou oferecimento de vantagem de qualquer tipo;

22.3.4. criar, de modo fraudulento ou irregular, pessoa jurídica para participar da licitação ou celebrar o contrato;

22.3.5. obter vantagem ou benefício indevido, de modo fraudulento, de modificações ou prorrogações de contratos celebrados com a administração pública, sem autorização em lei, no ato convocatório da licitação ou respectivos instrumentos contratuais;

22.3.6. manipular ou fraudar o equilíbrio econômico-financeiro do contrato.

22.4. A CONTRATADA declara, ainda, que não está envolvida e nem irá se envolver, direta ou indiretamente, por seus representantes, administradores, diretores, conselheiros, sócios ou acionistas, assessores, consultores, durante o cumprimento das obrigações previstas neste contrato, em qualquer atividade ou prática que constitua uma infração aos termos das Leis Anticorrupção.

23. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

23.1. O aviso contendo o resumo do presente edital será publicado no Diário Oficial do Município de Piracicaba e afixado no quadro de avisos na sede do Semaep na rua XV de Novembro, 2.200 – Bairro Alto – Piracicaba/SP.

23.2. Havendo fato impeditivo quanto às publicações no Diário Oficial do Município de Piracicaba, as mesmas serão feitas somente no Diário Oficial do Estado de São Paulo.

23.3. O edital poderá ser consultado/obtido, gratuitamente, no endereço www.semaepiracicaba.sp.gov.br ou adquirido no Setor de Protocolo, mediante o recolhimento



SERVIÇO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - SEMAE
Autarquia Municipal - Lei n.º 1.657 de 30 de abril de 1969 - CNPJ/MF n.º 50.853.555/0001-54

PRESENCIAL

EDITAL – SOLICITAÇÃO N.º 383/2020

PREGÃO N.º 75/2020 - PROCESSO N.º 2636/2020

de R\$ 10,00 (dez reais) a favor do Serviço Municipal de Água e Esgoto - SEMAE, na Caixa Econômica Federal - CEF, a título de ressarcimento das despesas reprográficas.

23.4. Para dirimir quaisquer questões decorrentes desta licitação, não resolvidas na esfera administrativa, será competente o foro da Comarca de Piracicaba/SP.

Piracicaba, 03 de julho de 2020.

José Hermes Gallucci
Chefe do Setor de Suprimentos

José Rubens Françoso
Presidente do SEMAE